

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Gilberto Motta (Mtb 957/SC)
Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS)
Tiragem: 800 exemplares

Nº 1036

Servidores públicos dão recado ao MPOG: pode haver Greve unificada

A Coordenação do SINTRAJUSC fará Reuniões Setoriais na JE (segunda-feira, 20, às 17 horas) e na JF (terça, 21, às 17 horas) para ouvir a categoria sobre o encaminhamento da luta pela aprovação do PCS. Os servidores fora da Capital também estão orientados a fazer Reuniões Setoriais.

Em Assembleia realizada nesta quarta-feira, dia 15, para deliberar sobre os encaminhamentos da XVI Plenária da Fenajufe, foi aprovada a realização de Assembleia/Ato no dia 22 de junho, próxima quarta-feira, na rampa do TRT, das 15 às 17 horas. Nesta Assembleia serão relatados os informes colhidos nas Reuniões Setoriais.

Servidores públicos federais de várias categorias se reuniram mais uma vez em Brasília para cobrar do governo federal uma resposta referente à pauta de reivindicações apresentada no início do ano, como parte da campanha salarial de 2011. Nesta quinta-feira, 16, mais de cinco mil pessoas participaram de ato público, na Esplanada dos Ministérios, convocado por centrais sindicais e pelas entidades nacionais, entre as quais a Fenajufe.

Pelas intervenções feitas durante a manifestação, se a mesa de negociações instituída no âmbito do Ministério do Planejamento não avançar e o governo não atender as demandas dos SPFs, diversas categorias do funcionalismo paralisarão suas atividades, se juntando aos colegas das universidades públicas (base da Fasubra) e do Judiciário Federal e MPU, que já estão em Greve em vários estados. O objetivo do fórum das entidades sindicais é construir uma Greve geral do funcionalismo.

Entre os eixos da pauta, há os que pedem a retirada dos PLs, MPs e decretos contrários aos interesses dos servidores públicos; o cumprimento, por parte do governo, dos acordos firmados e não cumpridos; a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas; e a definição de uma política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário-base e incorporação das gratificações. "O nosso objetivo aqui hoje é, mais uma vez, dar o nosso recado ao governo federal, que não nos dá respostas quanto às pautas gerais e às específicas do conjunto do funcionalismo federal. Precisamos deixar claro que se o governo continuar com essa postura e não apresentar qualquer avanço nas rodadas de negociações, as demais categorias vão se juntar à Fasubra e à Fenajufe e promover uma grande Greve geral", afirmou Saulo Arcangeli, coordenador geral da Fenajufe.

Entidades entregam manifesto no MPOG

Enquanto os mais de cinco mil servidores protestavam no Ministério do Planejamento, representantes das centrais sindicais e das entidades nacionais se reuniram com o Secretário de Recursos Humanos do MPOG, Duvanier Paiva. No rápido encontro, os dirigentes sindicais entregaram ao representante do governo um manifesto, reafirmando os eixos da pauta de reivindicações, apresentada no início do ano.

De acordo com Cleo Vieira, que representou a Fenajufe na reunião, a bancada sindical cobrou de Duvanier uma resposta a respeito dos pontos

apresentados nas rodadas de negociação e reforçou entendimento das entidades de que não aceitarão qualquer projeto que retire direitos dos servidores, como os que tramitam no Congresso Nacional. "Deixamos claro que esperamos, mobilizados, um posicionamento concreto do governo sobre a nossa pauta. Algumas categorias já estão em Greve, como a nossa (Judiciário Federal e MPU) e outras estão em processo de mobilização para conquistarmos nossas reivindicações específicas e tentar barrar as propostas que atingirão diretamente o conjunto do funcionalismo público", disse Cleo.

Ficou acertada para o dia 5 de julho uma reunião, no MPOG, quando o representante do governo apresentará aos dirigentes sindicais uma posição oficial sobre a pauta de reivindicações do funcionalismo. Essa será mais um encontro da rodada de negociações entre as entidades sindicais e o secretário de Recursos Humanos do Planejamento. *(Com informações da Fenajufe).*

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL

Pelo presente Edital, a Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina (SINTRAJUSC), conforme estabelece o artigo 38 do Estatuto Sindical, faz saber aos trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina que será realizada ASSEMBLEIA GERAL/ATO no dia 22 de junho do ano de 2011, quarta-feira, das 15h às 17h, na rampa do TRT, na Capital, com os seguintes pontos de pauta:

- a) Informes
- b) Encaminhamentos da luta pelo PCS

Florianópolis, 17 de junho de 2011
Coordenação Geral do SINTRAJUSC

Privatização dos HUs e avaliação de desempenho continuam em pauta

O secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva, disse nesta quinta-feira, 16, aos jornalistas que aguardavam o desfecho da reunião com os dirigentes das entidades sindicais, que o governo federal deve enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei com o mesmo conteúdo da Medida Provisória 520/10, editada no último dia de 2010 pelo então presidente Lula. A MP, que perdeu a validade no início deste mês, criava a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), empresa pública, mas de direito privado, cujo objetivo era administrar os Hospitais Universitários. A medida estava para ser votada no Senado Federal, mas a atuação da bancada de oposição impediu que ela fosse apreciada.

O secretário de RH do MPOG informou aos jornalistas não saber ao certo o caráter da empresa que será prevista no projeto, mas informou que a intenção do governo é manter a mesma proposta que estava na Medida Provisória.

Em relação aos demais projetos combatidos pelas entidades sindicais, o secretário afirmou que o governo não pretende retirá-los do Congresso Nacional, mas debater o conteúdo de cada um nas oficinas que serão realizadas pelo Ministério do Planejamento com os representantes das entidades. "O governo mantém seu compromisso de realizar as oficinas para debater os PLs e discutir o mérito dessas propostas com a bancada sindical. Mas não temos a intenção de retirar do Congresso

Nacional qualquer projeto", disse Duvanier, ao responder aos jornalistas das entidades sindicais, que questionaram o fato de o governo manter os projetos, mesmo depois de os dirigentes já terem se posicionado contrários ao mérito desses projetos.

Só mobilização barra projetos

Outro projeto pautado pelos jornalistas, que consta da pauta dos servidores, é o PL 248/98, que permite a demissão por insuficiência de desempenho. O secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento reafirmou o que já havia dito em reunião com a bancada sindical, de que o governo não tem acordo com essa proposta, pelo seu conteúdo demissionário. Ele lembrou que o governo trabalha com base em uma proposta, cujas premissas básicas são, entre outras, pactuação de metas, comissões de acompanhamento e comitê gestor. "Nossa política de avaliação de desempenho é o oposto do previsto no PL 248. Queremos algo democrático, que se o servidor não tem empenho satisfatório, não seja demitido, mas enviado à capacitação", afirmou.

Na avaliação da Fenajufe, mesmo com o compromisso do representante do Ministério do Planejamento de que o governo não vai encaminhar o PL 248/98, as entidades sindicais entendem que os servidores devem fortalecer as mobilizações para barrar esse e os outros projetos que ameaçam seus direitos.